

ATA NÚMERO 260/XII/4.ª SL

21.julho.2015 – 14h00

Aos 21 dias do mês de julho de 2015, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 3, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

3. Comunicações do Presidente

4. Petição n.º 541/XII da iniciativa da FENPROF - Pelo direito à estabilidade de emprego dos docentes e investigadores do ensino superior – 15h00

- **Audição dos peticionários**
- **Deputada Relatora:** Nilza de Sena - PSD

5. Audiência com uma delegação de deputados da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau – 16h00

6. Petição n.º 532/XII da iniciativa da FENPROF - Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade – Regiões Autónomas.

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado Relator:** PS

7. Petição n.º 543/XII/4ª da iniciativa de Eduardo Nuno Ferreira Santos que solicita que o ciclista Joaquim Agostinho tenha Honras de Panteão Nacional

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado Relator:** PSD

8. Petição n.º 517/XII/4ª da iniciativa de Arnaldo Vitor Castro Beleza Reis que Solicita medidas de proteção para os cidadãos que visitam monumentos com muralhas de castelos ou fortes de Portugal.

- **Apreciação do relatório final**
- **Deputada relatora:** Inês de Medeiros - PS

9. Petição n.º 521/XII/4ª da iniciativa do Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades – SPLIU que Solicitam a criação de um regime especial de aposentação para os educadores de infância e professores dos Ensinos Básico e Secundário

- **Apreciação do relatório final**
- **Deputada relatora:** Maria da Conceição Caldeira - PSD

10. Petição n.º 523/XII/4ª da iniciativa de Vânia Marisa Santos Azinheira, solicitam a alteração das metas curriculares do 1.º ciclo

- **Apreciação do relatório final**
- **Deputado relator:** Luís Fazenda - BE



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

11. Petição n.º 528/XII/4ª da iniciativa da FENPROF Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade - **Região Norte**

- **Apreciação do relatório final**
- **Deputada relatora:** Heloísa Apolónia - PEV

12. Petição n.º 530/XII/4ª da iniciativa da iniciativa da FENPROF - Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade - **Região da Grande Lisboa e Vale do Tejo.**

- **Apreciação do relatório final**
- **Deputado relator:** Pedro Delgado Alves – PS

13. Petição n.º 531/XII/4ª da iniciativa da FENPROF - Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade - **Região do Alentejo.**

- **Apreciação do relatório final**
- **Deputado relator:** Duarte Marques - PSD

14. Projeto de Resolução n.º 1570/XII/4ª (PSD e CDS-PP) Recomenda ao Governo que apoie a candidatura do Santuário do Bom Jesus do Monte a Património Mundial da Unesco

- **Discussão**

15. Projeto de Resolução n.º 1571/XII/4ª (PSD e CDS-PP) Recomenda ao Governo que classifique o Santuário do Bom Jesus do Monte como imóvel de interesse nacional, reconhecendo-o como Monumento Nacional

- **Discussão**

16. Projeto de Resolução n.º 1575/XII/4ª (PCP) Recomenda ao Governo a realização de concursos de apoio à produção literária e apoio às artes e a publicação dos resultados dos últimos concursos

- **Discussão**

17. Relatório de atividades do GT/Indisciplina em Meio Escolar

- **Apreciação e votação**

18. Relatório de atividades do GT/Ciência

- **Apreciação e votação**

19. Relatório de atividades do Relator para a Avaliação Tecnológica Parlamentar

- **Apreciação e votação**

20. Relatório de atividades da CECC referente à 4ª Sessão Legislativa

- **Apreciação e votação**

21. Outros assuntos



1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV.

2. Aprovação de ata

A ata n.º 259, relativa à reunião de 14 de julho de 2015, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV.

3. Comunicações do Presidente

- 3.1.** Tratando-se da última reunião da Comissão, da XII Legislatura, o Sr. Presidente agradeceu a colaboração de todos os Deputados, lamentando se, porventura, alguma vez foi indelicado na condução dos trabalhos. Dirigiu-se também aos Vice-Presidentes, a quem agradeceu pelas inúmeras vezes que o substituíram, quer nas reuniões da Comissão, quer noutras iniciativas, e agradeceu ainda à equipa de apoio à Comissão, pela forma exemplar como preparou e acompanhou os trabalhos, tendo proposto a atribuição de um louvor, o que foi aceite por todos.

Referiu-se ainda ao privilégio de ter presidido à Comissão durante 2 anos e disse esperar que, no futuro, possa ser dada continuidade ao trabalho desenvolvido na presente Legislatura.

- 3.2.** O Sr. Presidente fez alusão a uma comunicação dirigida à Comissão, por uma cidadã que se inscreveu no mestrado de gestão de recursos humanos na Universidade Lusíada, ao abrigo do protocolo APEX e a quem está a ser exigido que pague as propinas normais (fora do protocolo), para a inscrição e realização do 2.º ano, correspondente à fase da dissertação.

A Inspeção da Educação deu razão à cidadã, entendendo que se deviam manter as propinas do Protocolo e recomendou à Universidade que procedesse em conformidade. A Universidade, por sua vez, reclamou perante a Inspeção, discordando e não acatando a recomendação, referindo ainda que a mesma não é vinculativa nem tem efeito coercivo, tendo, no entanto, a Inspeção mantido a recomendação.

Acresce que o Secretário de Estado da Administração Pública deu anteriormente razão à Universidade e que, confrontado duas vezes pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, em relação à matéria, tendo em conta recomendação da Inspeção, não responde. Assim, foi deliberado solicitar pronúncia dos Ministros das Finanças e da Educação e Ciência sobre esta matéria.

- 3.3.** Foi apreciado o relatório da audiência concedida à Associação Académica de Coimbra, não se tendo registado quaisquer observações sobre o mesmo.
- 3.4.** Foram ainda apreciadas as propostas de cartazes para a edição 2015/2016 do programa Parlamento dos Jovens, tendo sido apresentadas algumas sugestões de alteração. Nessa sequência, foi decidido distribuir, posteriormente, a nova versão dos cartazes pelos membros da Comissão, para ratificação.

4. **Petição n.º 541/XII da iniciativa da FENPROF - Pelo direito à estabilidade de emprego dos docentes e investigadores do ensino superior**

Os peticionários apresentaram os fundamentos que justificaram a apresentação da petição e que, em síntese, se expõem:

- Solicitam o alargamento do período transitório para conclusão de doutoramento, alegando que a um grande número de docentes não foi garantido o direito legalmente estabelecido de isenção do pagamento de propinas e de dispensa de funções letivas, para obtenção do grau de doutoramento;
- Afirmam que apenas alguns docentes puderam beneficiar, para aquele efeito, do programa PROTEC, que teve uma duração curta e abrangência limitada;
- Solicitam a transposição da Diretiva Comunitária 1999/70/CE, de 28 de junho, para os docentes do ensino superior público, quando exercem funções permanentes em regime de dedicação exclusiva, tempo integral ou tempo parcial;
- Consideram que não tem existido equidade no tratamento dos vários docentes abrangidos pelo regime transitório para ingresso na carreira, dado que as várias instituições de ensino facultaram condições diferenciadas aos seus docentes. Por outro lado, há docentes contratados antes de 2009 que atualmente já são doutorados ou possuem o título de especialista e têm um tempo de serviço em regime de tempo integral ou em dedicação exclusiva superior ao exigido aos colegas a quem se aplica o regime transitório, mas não podem beneficiar do mesmo, por este exigir esse tempo de serviço em 2009;
- Estes docentes, que se encontram a exercer funções permanentes, estão em risco de serem afastados da profissão ou de verem os seus contratos passarem a tempo parcial, devido às restrições legais e ao estrangulamento financeiro do ensino superior e investigação.

Terminaram, lamentando a insensibilidade do Ministério da Educação e Ciência em relação a esta matéria e apelando à intervenção dos Deputados.

Interveio, de seguida, a Sra. Deputada Nilza de Sena (PSD) que agradeceu a exposição e lembrou que o programa PROTEC terminou com o Governo do PS, não tendo sido encontrado um programa que o substituísse. Relativamente ao regime transitório, fez referência ao Projeto de Resolução apresentado pelo PSD/CDS-PP – que *recomenda ao Governo a tomada de medidas relacionadas com a aplicação das disposições transitórias do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico*, e mencionou ainda que este assunto não é consensual, havendo indicação de que o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos se opõe ao seu alargamento.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) mencionou que o PS está bem consciente desta problemática, tendo apresentado um Projeto de Resolução que *Recomenda ao Governo a adoção de medidas que assegurem a equidade na aplicação dos regimes transitórios dos estatutos das carreiras docentes do ensino superior público*, por entender que o prazo do regime transitório deve ser alargado nos casos em que os pressupostos que estiveram na sua definição inicial não se tenham verificado, por ausência de condições, e ainda que seja avaliado o cumprimento, pelas instituições de ensino superior, das disposições legais em matéria de dispensa de propina de doutoramento para os docentes para os quais a obtenção do referido grau fosse condição de progressão na carreira.

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) cumprimentou a delegação e afirmou que as preocupações expostas são também as do PCP, que tem vindo a apresentar, nas discussões dos Orçamentos do Estado, propostas de contratação de docentes com vínculo efetivo, quando correspondem a necessidades permanentes do sistema. Fez também alusão ao Projeto de Resolução apresentado pelo PCP sobre esta matéria, que propôs o *prolongamento do regime transitório para a conclusão da obtenção do grau de doutor e contratação efetiva com vínculo público dos docentes do ensino superior público*, referindo que o Governo não cumpriu com o

disposto na lei, nomeadamente no que se refere à isenção do pagamento de propinas e de dispensa de funções letivas, para obtenção do grau de doutoramento.

O Sr. Deputado José Soeiro (BE) manifestou o apoio e a solidariedade do BE relativamente às reivindicações expostas e recordou que também o BE apresentou um Projeto de Resolução com vista à *prorrogação do período transitório previsto no estatuto da carreira docente do ensino superior universitário e politécnico, garantindo condições para a conclusão dos doutoramentos e corrigindo injustiças*, que foi rejeitado, com os votos contra do PSD e CDS-PP e a abstenção do PS.

Os peticionários agradeceram as intervenções e afirmaram que as instituições foram solidárias com os docentes e que foi o Governo que suspendeu o pagamento das verbas para estes projetos. Reiteraram o pedido de bom senso nesta matéria, para que as instituições sejam dotadas das condições necessárias para manterem o seu corpo docente.

Referiram-se ainda à importância da transposição da Diretiva Comunitária 1999/70/CE, lembrando que existem docentes há mais de 20 anos a prestar serviço de forma continuada e sem vínculo.

Terminaram, elencando alguns dos problemas com que se debate o ensino superior, nomeadamente no que se refere à precariedade, carência de meios e falta de perspetiva política para o setor. Consideraram ainda que o Projeto de Resolução apresentado pelo PSD e CDS-PP é válido do ponto de vista político mas totalmente inconsequente do ponto de vista social.

O Sr. Deputado Duarte Marques (PSD) afirmou que o PSD não é insensível a esta questão e referiu que o Projeto de Resolução aprovado abre portas para se poder recorrer nos casos de deficiente aplicação das disposições transitórias.

A documentação da audição, na qual se inclui a gravação áudio, encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

5. Audiência com uma delegação de deputados da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau

A delegação da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau era constituída por um Vice-Presidente da mesma, os Presidentes das 9 Comissões Parlamentares, o Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Guiné-Portugal, a Presidente da Rede das Mulheres Parlamentares da Guiné e o Conselheiro do Presidente da Assembleia Nacional (a identificação da delegação está disponibilizada na [página da audiência](#)).

O Presidente deu as boas-vindas à delegação e prestou algumas informações sobre as competências e funcionamento da Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

O Vice-Presidente da Assembleia Nacional Popular agradeceu o acolhimento e apresentou a delegação, com indicações sobre o partido e o círculo a que pertenciam e o currículo dos vários membros.

Interveio depois o Presidente da Comissão para a Saúde, Assuntos Sociais, Educação, Cultura, Desporto e Comunicação Social, Carlitos Barai, referindo que a Guiné-Bissau tinha vivido em instabilidade e a educação era atualmente diferente da que existia na época da revolução, em 1998.

Acrescentou que o sistema educativo não era estável, verificando-se a fuga de muitos professores e escolas destruídas com a guerra, estando o país mais frágil do ponto de vista económico e financeiro. Indicou depois que se verificava uma explosão demográfica, falta de meios, professores com menos qualidade e que o Governo não conseguia honrar os compromissos com os mesmos, em termos salariais.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Salientou que o país tinha vivido numa instabilidade cíclica e havia necessidade de consensos (nomeadamente, entre os partidos, o Governo e os sindicatos) sobre matérias fundamentais para o país e de estabilidade, considerando a educação fundamental para o desenvolvimento do país e defendendo que não podia ser suspenso o pagamento de salários aos professores, desde que o Governo tenha meios financeiros, e aqueles não podiam recorrer sistematicamente à greve. Referenciou ainda a falta de professores e a existência de muitas aldeias sem escolas.

Informou depois que para obviar à saída sistemática de jovens para o estrangeiro, tinham criado uma universidade pública e havia também 2 privadas, o Instituto Piaget e a Universidade Lusófona, tendo realçado várias dificuldades inerentes, nomeadamente para assegurarem os docentes. Acrescentou ainda que estavam a tentar rever a lei do ensino superior.

A terminar, informou que mais recentemente tinha havido interação e convergência de posições entre a Comissão e o Governo.

Interveio depois o Deputado Amadeu Albergaria (PSD) referindo que era Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, concelho que estava geminado com uma povoação da Guiné-Bissau, tendo promovido a reconstrução do mercado da mesma e posteriormente avançado para o apoio a nível da formação de professores.

Referiu depois que numa visita à Guiné tinha constatado que havia escolas da iniciativa do Governo, das comunidades locais e de Organizações Não Governamentais e perguntou se este modelo organizativo se mantinha.

Realçou depois que as populações da Guiné atribuíam prioridade à escola, à existência da mesma, havendo consenso em relação a isso e nalguns casos as escolas já tinham serviço de refeições. Em relação ao ensino de português nas escolas, questionou se primeiro era ensinado o dialeto local e depois o português. Quanto à cooperação no âmbito da educação, perguntou se aquilo que consideravam prioritário era a disponibilização de professores ou a formação dos mesmos.

Transmitiu depois as dificuldades de Portugal em termos demográficos, com a diminuição da taxa de natalidade e o reagrupamento da rede escolar, realçando que se tratava dum movimento inverso ao que verificava na Guiné.

Salientou ainda que em Portugal os Grupos Parlamentares também reconheciam a importância da educação para o desenvolvimento do país. Por último, informou que a legislatura estava a terminar e referiu que o Ministro da Educação e Ciência vinha à Comissão, para ser ouvido sobre as políticas implementadas, 4 vezes por sessão legislativa, a que acresciam as audições por requerimentos dos Grupos Parlamentares, normais ou potestativos.

O Deputado Carlos Enes (PS) enfatizou o facto de a Guiné pertencer à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), as relações regulares com Portugal e a assinatura de vários acordos de cooperação entre os 2 países.

Referiu depois que a instabilidade da Guiné afetou todas as áreas e realçou que a vontade de estabelecerem acordos entre os Grupos Parlamentares representados no Parlamento era muito importante.

Indicou depois que tinha sido cooperante em Moçambique, tendo trabalhado na área da educação, pelo que compreendia as realidades existentes. Por fim, perguntou qual o balanço que faziam da cooperação de Portugal com a Guiné, nomeadamente a nível do ensino e o que entendiam que devia ser melhorado.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP) informou que o Grupo Parlamentar do CDS-PP tinha 24 Deputados no Parlamento e dois na Comissão. Referiu depois que sabiam das dificuldades políticas da Guiné desde 1998 e desejou as melhorias da situação.

Deu ainda informações sobre o trabalho da Comissão, indicando várias leis que tinham sido discutidas na mesma, nomeadamente, a lei antidopagem no desporto, a lei do cinema (regulando os apoios financeiros ao mesmo), a lei do alargamento da educação pré-escolar a partir dos 4 anos de idade e a da educação especial e referiu os relatórios elaborados pela Comissão, com pistas sobre os problemas. Fez ainda referência à lei que aprovou o Estatuto do Aluno, o qual regula as obrigações e direitos dos alunos, questões disciplinares, de mérito, etc.

Por fim, referiu que Portugal tinha desafios diversos dos da Guiné, realçando que desde 2005 tinham vindo a ser encerradas centenas de escolas (particularmente do 1.º ciclo), procedendo-se à reorganização da rede, enquanto nos concursos para professores havia mais candidatos do que vagas para preencher e que estava também a ser equacionada uma reorganização da rede do ensino superior.

A Deputada Diana Ferreira (PCP) saudou a delegação e a Guiné-Bissau, enfatizou as relações entre o PCP e o PAIGC, lembrou que tinha integrado uma delegação parlamentar que tinha deslocado recentemente àquele país e referiu que o mesmo ainda estava a conquistar os seus direitos, como era o caso da educação. Manifestou depois o desejo de que a Guiné encontrasse um caminho de paz, cooperação, independência, soberania nacional e defesa dos direitos de todos.

De seguida, o Presidente da Comissão informou que havia representação na mesma de todos os 6 Grupos Parlamentares. Indicou depois que em Portugal a escolaridade obrigatória eram 12 anos, havendo gratuidade do ensino e dos transportes escolares no ensino básico e que o ensino superior devia ser alargado, havendo consenso dos partidos políticos em relação a estas matérias.

Considerou ainda que Portugal poderia acompanhar a formação do português na Guiné, realçando que a língua portuguesa tem uma grande expansão e enfatizando o valor da mesma também em termos económicos, estratégicos, etc. Por último, defendeu a aposta numa língua de unidade.

Os representantes do Parlamento guineense defenderam a necessidade de intervenção do Governo daquele país nas escolas, para além das comunidades e de mais valorização do programa do ensino de português, tendo referido que contavam com a ajuda de Portugal e indicado que a cooperação tinha incidido na formação dos professores, mas ainda devia ser reforçada.

Salientaram que tudo começava na escola e esta era essencial ao desenvolvimento e sucesso do país, sendo uma prioridade, reiterando que contavam muito com o apoio de Portugal. Informaram que no passado só 0,001% de pessoas tiveram hipótese de frequentar a escola e mais recentemente se investia na massificação do ensino, mas a escola pública tinha greves consecutivamente, havendo ainda escolas privadas, mas estas só eram acessíveis a quem tinha possibilidades económicas para as pagar.

Reiteraram a falta de professores para o ensino superior e indicaram que havia necessidade de formarem recursos humanos. Referiram depois que o PCP tinha dado um contributo muito importante à independência da Guiné, tendo agradecido. A finalizar, agradeceram a solidariedade e a amizade que lhes tinha sido transmitida.

A documentação respetiva e a gravação da reunião estão disponibilizadas na [página da audiência](#).

6. **Petição n.º 532/XII/4.^a, da iniciativa da FENPROF** - Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade – Regiões Autónomas.

Apreciada a nota de admissibilidade, a petição foi indeferida liminarmente, por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, do PS, do CDS-PP, do PCP e do BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 artigo 12.º da Lei de Exercício do Direito de Petição/LDP, alterada e republicada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto, por configurar a reapreciação duma situação genérica já apreciada em petições anteriores, não tendo sido invocados novos elementos de apreciação.

7. **Petição n.º 543/XII/4.^a, da iniciativa de Eduardo Nuno Ferreira Santos**, que solicita que o ciclista Joaquim Agostinho tenha Honras de Panteão Nacional

Apreciada a nota de admissibilidade, foi deliberado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, do PS, do CDS-PP, do PCP e do BE, registando-se a ausência da Deputada do PEV, o seguinte:

1. Solicitar ao peticionário que, no prazo de 20 dias, fundamente o pedido com base no n.º 1 do artigo 2.º da [Lei n.º 28/2000, de 29 de novembro](#), justificando desenvolvidamente a verificação dos requisitos exigidos (sendo que está em causa uma distinção excecional), sob pena de eventual deliberação de indeferimento da petição, por carecer de fundamento, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 12.º da Lei de Exercício do Direito de Petição/LDP, alterada e republicada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto;
2. Informar o mesmo que a petição transitará para a próxima legislatura, após as eleições legislativas, sendo nesse momento apreciada a resposta recebida e aprovada uma decisão sobre a admissibilidade da petição.

8. **Petição n.º 517/XII/4.^a da iniciativa de Arnaldo Vitor Castro Beleza Reis** que Solicita medidas de proteção para os cidadãos que visitam monumentos com muralhas de castelos ou fortes de Portugal.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) apresentou o relatório, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, verificando-se a ausência da Deputada do PEV.

9. **Petição n.º 521/XII/4.^a da iniciativa do Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades – SPLIU** que Solicitam a criação de um regime especial de aposentação para os educadores de infância e professores dos Ensinos Básico e Secundário

A Sra. Deputada Maria da Conceição Caldeira (PSD) apresentou o relatório, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, verificando-se a ausência da Deputada do PEV.

10. **Petição n.º 523/XII/4.^a da iniciativa de Vânia Marisa Santos Azinheira** - Solicitam a alteração das metas curriculares do 1.º ciclo

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) apresentou o relatório, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, verificando-se a ausência da Deputada do PEV.

11. **Petição n.º 528/XII/4.^a da iniciativa da FENPROF** Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade - **Região Norte**

A Sra. Deputada Heloísa Apolónia (PEV) apresentou o relatório, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, PCP, BE e PEV, verificando-se a ausência dos Deputados do CDS-PP.

12. [Petição n.º 530/XII/4ª](#) da iniciativa da iniciativa da FENPROF - Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade - **Região da Grande Lisboa e Vale do Tejo.**

O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves (PS) apresentou o relatório, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, verificando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV.

13. [Petição n.º 531/XII/4ª](#) da iniciativa da FENPROF - Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade - **Região do Alentejo.**

O Sr. Deputado Duarte Marques (PSD) apresentou o relatório, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, verificando-se a ausência da Deputada do PEV.

14. [Projeto de Resolução n.º 1570/XII/4ª \(PSD e CDS-PP\)](#) Recomenda ao Governo que apoie a candidatura do Santuário do Bom Jesus do Monte a Património Mundial da Unesco

O Projeto de Resolução, que foi discutido conjuntamente com o Projeto de Resolução n.º 1571/XII, foi apresentado pelo Sr. Deputado Altino Bessa (CDS-PP).

Intervieram na discussão os Srs. Deputados Pedro Delgado Alves (PS), Carla Cruz (PCP) e Isilda Aguincha (PSD), tendo intervindo, novamente no final, o Sr. Deputado Altino Bessa (CDS-PP).

A informação da discussão encontra-se disponível no processo do Projeto de Resolução.

15. [Projeto de Resolução n.º 1571/XII/4ª \(PSD e CDS-PP\)](#) Recomenda ao Governo que classifique o Santuário do Bom Jesus do Monte como imóvel de interesse nacional, reconhecendo-o como Monumento Nacional

O Projeto de Resolução foi discutido conjuntamente com o Projeto de Resolução n.º 1570/XII, encontrando-se a informação da discussão disponível no processo do Projeto de Resolução.

16. [Projeto de Resolução n.º 1575/XII/4ª \(PCP\)](#) Recomenda ao Governo a realização de concursos de apoio à produção literária e apoio às artes e a publicação dos resultados dos últimos concursos

O Projeto de Resolução foi apresentado pelo Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP), tendo feito ainda intervenções no debate os Srs. Deputados Conceição Pereira (PSD), Inês de Medeiros (PS) e José Soeiro (BE). A informação da discussão da iniciativa está disponível no Projeto de Resolução.

17. Relatório de atividades do GT/Indisciplina em Meio Escolar

Na ausência do Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho, o relatório de atividades foi apresentado pela Sra. Deputada Sandra Pontedeira (PS).

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) apresentou um conjunto de propostas relativas às conclusões do relatório.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Nesta sequência, intervieram os Srs. Deputados Michael Seufert (CDS-PP) e Isilda Aguincha (PSD) e, novamente, a Sra. Deputada Sandra Pontedeira (PS), que manifestaram o seu acordo em relação às mesmas, com exceção da que se refere ao ponto 3.

Nesta sequência, foram aprovados por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV, os pontos 1, 2, 4 e 5 das conclusões. O ponto 3 foi aprovado com os votos favoráveis do PSD, PS e CDS-PP e o voto contra do PCP, verificando-se a ausência do BE e do PEV.

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) anunciou a entrega de uma declaração de voto para anexar ao relatório.

18. Relatório de atividades do GT/Ciência

A Coordenadora do Grupo de Trabalho da Ciência, Deputada Elza Pais (PS), fez a apresentação do relatório de atividades, numa versão mais longa, com transcrição das audições e conclusões mais alongadas e noutra versão mais curta, por proposta dos Deputados do PSD e do CDS-PP, sem transcrição das audições e com conclusões mais reduzidas, tendo solicitado que fossem votadas ambas as versões.

A Deputada Nilza de Sena (PSD) saudou o trabalho do Grupo de Trabalho e da Coordenadora, concretizou discordâncias em relação à versão mais alongada do relatório e informou que votariam favoravelmente a versão curta.

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP) justificou as reduções que propunham na versão curta do relatório.

O Deputado José Soeiro (BE) indicou que votaria favoravelmente ambas as versões.

A Deputada Diana Ferreira (PCP) indicou que o PCP faria chegar até ao final do dia o respetivo sentido de voto, tendo a Deputada Rita Rato (PCP) informado numa fase posterior que votavam a favor da versão alongada e se abstinham em relação à versão curta e apresentariam uma declaração de voto.

A Deputada Elza Pais (PS) acrescentou ainda que tudo o que dizia na versão mais longa do relatório eram palavras dos cientistas.

A versão alongada do relatório foi rejeitada, com os votos contra dos Deputados do PSD e do CDS-PP e os votos a favor dos Deputados do PS, do PCP e do BE, registando-se a ausência da representante do PEV.

A versão curta do relatório foi aprovada com os votos a favor dos Deputados do PSD, do PS, do CDS-PP e do BE e a abstenção da Deputada do PCP, registando-se a ausência da representante do PEV.

A Coordenadora do Grupo de Trabalho da Ciência, Deputada Elza Pais (PS), indicou que o PS remeteria posteriormente uma declaração de voto.

19. Relatório de atividades do Relator para a Avaliação Tecnológica Parlamentar

Foi apreciado o relatório de atividades no âmbito da Avaliação Tecnológica Parlamentar.

Após a intervenção da Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD), que propôs uma alteração nas conclusões, que foi aceite, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência do BE e do PEV.

20. Relatório de atividades da CECC referente à 4ª Sessão Legislativa



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Foi apreciado o relatório de atividades da Comissão, relativo à 4.ª Sessão Legislativa, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos deputados do BE e do PEV.

21. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos

A reunião foi encerrada às 18:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 21 de julho de 2015

O PRESIDENTE

(Abel Baptista)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Carlos Enes
Duarte Marques
Elza Pais
Heloísa Apolónia
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
João Prata
Luís Fazenda
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria da Conceição Caldeira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rita Rato
Rui Pedro Duarte
Agostinho Santa
Ana Sofia Bettencourt
António Cardoso
Diana Ferreira
Inês Teotónio Pereira
Jacinto Serrão
Joaquim Seixas
José Moura Soeiro
Rosa Arezes
Sandra Pontedeira